

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Correio Braziliense

[Título: O meio do caminho ainda é o melhor meio](#) 5

Valor Econômico

[Título: MP que destrava recurso do pré-sal está na Casa Civil, diz ministro](#) 6

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Cosan quer recomprar ações em circulação na Bolsa de NY	2
Título: Cemig refinancia até R\$ 4 bilhões em débitos.....	2
Título: Vale nega adiamento de venda de mina de níquel	2
Título: Ainda há tempo e ambiente político para avançar em reformas cruciais como a da Previdência, mesmo reduzida, e a privatização da Eletrobras	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Me deixe fora dessa	4
VEÍCULO: Correio Braziliense	5
Título: O meio do caminho ainda é o melhor meio	5
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: MP que destrava recurso do pré-sal está na Casa Civil, diz ministro	6
Título: Cemig alonga dívida de R\$ 4 bilhões	7
Título: Votorantim e Arcelor aguardam crivo do Cade	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Negócios / colunas****Autor:****Título: Cosan quer recomprar ações em circulação na Bolsa de NY**

A Cosan Limited holding responsável pela gestão de ativos da empresa brasileira, que é sócia da Raízen e controladora da Rumo-ALL – lançou ontem uma oferta de recompra nos Estados Unidos, na Bolsa de Nova York, para até US\$ 200 milhões de ações ordinárias por preço de US\$ 9,23 a US\$ 9,65. Eventuais compradores terão até o dia 19 de dezembro para se manifestarem. No fechamento do pregão da Nyse do último dia 17 de novembro, a cotação da ação era de US\$ 8,39. Caso a oferta seja completamente subscrita, a Cosan recomprará, dependendo do preço de aquisição, entre 12,3% e 12,8% das ações dessa classe em circulação, tendo por base o total de papéis de ontem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Negócios / colunas****Autor:****Título: Cemig refinancia até R\$ 4 bilhões em débitos**

A Cemig e suas subsidiárias integrais celebraram acordo com os principais bancos credores para refinaranciar até R\$ 4 bilhões em dívidas de curto e médio prazos, informou ontem a empresa de energia mineira. Em fato relevante, a companhia esclareceu que o acordo prevê troca de dívidas com vencimento a partir de 2017 por novas amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Negócios / colunas****Autor:****Título: Vale nega adiamento de venda de mina de níquel**

A Vale informou ontem que não há nenhuma decisão de adiar a venda de sua participação no projeto de níquel Vale Nova Caledônia (VNC). Segundo a mineradora, “o processo para encontrar um novo parceiro está em andamento”. A nota vem em resposta a notícias de agência internacional de que o processo teria sido adiado. A companhia diz que a busca por um parceiro na VNC reforça a estratégia “de gerar valor em todos os seus ativos e seu compromisso em preservar uma sólida posição financeira”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Ainda há tempo e ambiente político para avançar em reformas cruciais como a da Previdência, mesmo reduzida, e a privatização da Eletrobras

Janela aberta

Duas forças motrizes explicam o raro avanço reformista experimentado pelo Brasil em um ano e meio do governo Michel Temer (PMDB). A primeira, mais simples, é a necessidade premente. Após anos de indolência, em que o país colhia os frutos fáceis da prosperidade global, seguidos por uma quadra de gestão perdulária, chegou-se a uma combinação trágica de governo falido e setor privado estacionado em baixa produtividade. Do lado orçamentário, o fim da era de arrecadações crescentes explicitou o desequilíbrio insustentável da Previdência Social.

No setor produtivo, a brutal recessão impôs que se enfrentassem a obsolescência das leis trabalhistas, os entraves do ambiente de negócios e as distorções provocadas pela ação estatal excessiva. Tudo isso já havia sido reconhecido no segundo mandato de Dilma Rousseff, que tentou uma guinada radical da pauta petista — fato que seus correligionários hoje omitem por conveniência. Entretanto a aliança política capaz de levar adiante as reformas só se viabilizou com a deposição da presidente. Foi justamente a natureza parlamentar desse processo o segundo fator a impulsionar a agenda de ajuste econômico.

Não se trata de festejar o impeachment, evento traumático que expõe fragilidades de nossa democracia, nem de fechar os olhos para a permanência de nomes e práticas deploráveis sob Temer. Mas cumpre apontar que se abriu em seu governo uma janela para transformações que, embora cruciais, há décadas se enredavam na falta de convicção do Executivo ou na pulverização de interesses congressuais. No interesse maior do país, há que fazer o máximo de

tal oportunidade. Nesse sentido, as energias restantes devem se concentrar no que é possível e fundamental.

Felizmente, continuam as negociações para a reformulação do sistema previdenciário. Mesmo na versão limitada a idade mínima para a aposentadoria, regra de transição para os trabalhadores na ativa e unificação dos regimes dos setores público e privado, o texto permite melhora expressiva das perspectivas orçamentárias futuras. Um projeto consistente para a privatização da Eletrobras deve ser enviado ao Congresso o quanto antes, para que se retome o processo de redução do peso do Estado na atividade produtiva —interrompido por um misto de interesse corporativo, fisiologismo político e preconceito ideológico.

Na área administrativa, restam medidas emergenciais para conter gastos, como o adiamento dos reajustes salariais irresponsavelmente concedidos em 2016. Há tempo ainda para o programa de desburocratização, com queda do tempo necessário para a abertura de empresas e, fora do campo econômico, a definição da Base Nacional Comum Curricular dos ensinos fundamental e médio. Por imposição da realidade, a janela reformista permanece aberta. Aproveitá-la é a melhor chance de evitar mais uma década perdida.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Daniela Lima

Título: Me deixe fora dessa

Painel

Contraponto

Na sessão do último dia 7, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) discursou contra o presidente Michel Temer. Criticou a iniciativa do governo de editar decretos regulamentando as privatizações do setor elétrico.

— Isso é inadmissível para um governo improvisado, circunstancial... — disse, e aproveitou para vincular Temer ao ex-deputado Eduardo Cunha, como de costume. Desta vez, porém, acabou comprometendo um aliado: — O presidente da República conseguiu transferir o ex-presidente da Câmara, Eduardo Braga...

Braga (PMDB-AM), aliado de Renan, apressou-se: — Opa! Eu não!

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Opinião**Autor:** Leonardo Quintão**Título:** O meio do caminho ainda é o melhor meio

No fim de agosto, o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) anunciou um pacote de privatizações e concessões de 57 estatais. A retomada da pauta de diminuição do Estado mobilizou discussões na opinião pública. O ponto mais questionável desse pacote é o da privatização da Eletrobras, já que se trata da maior empresa de energia elétrica da América Latina.

Gigante mundial no segmento, com 233 usinas que produzem um terço da energia consumida no Brasil, o Sistema Eletrobras tem capacidade instalada de 46,856 GWh e também é líder em transmissão de energia, com aproximadamente 70 mil km de linhas com tensões entre 230 e 765 kV. Isso representa metade do total das linhas de transmissão no país ou cerca de 1 volta e meia ao redor do Planeta Terra.

Naturalmente, uma estatal com essa robustez e presença em todas as unidades da federação ajuda a regular o mercado. Por isso também, a proposta de privatização tem sido tão questionada. De um lado, o **Ministério de Minas e Energia** defende que a privatização elevará os níveis de eficiência e trará dinamismo à empresa, além de aliviar o déficit público com os recursos arrecadados. De outro, grandes autoridades do setor questionam a velocidade do processo, a contramão da agenda de energia mundial e os impactos na área energética, como alta de tarifa e deficiências na infraestrutura, além do risco de oligopólio privado.

Ambos os lados têm argumentos qualificados, mas a discussão segue polarizada. É nessa hora que se faz necessário buscar soluções alternativas e pontos de convergência. Dialogando com técnicos do setor elétrico e outros membros da Comissão de Minas e energia da Câmara, cogitou-se a separação das empresas de distribuição, a redução do capital da Eletrobras até 51%, mantendo o controle estatal e, por fim, a proposta que parece ser a mais viável e bem estruturada entre todas: a abertura de capital em Bolsa das quatro principais subsidiárias operacionais da Eletrobras (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul).

Chegou-se a esta alternativa a partir de um estudo preliminar feito por Furnas, no ano passado, elencando pré-requisitos e cronogramas para um processo de abertura de capital. A ideia não é tão nova. Em abril de 2013, a BB Seguridade (subsidiária operacional do Banco do Brasil) fez um IPO e 15 meses depois dobrou o seu valor de mercado. A BR Distribuidora (subsidiária operacional da

Petrobras) esteve prestes a ser privatizada no ano passado e, após algumas avaliações, constatou-se que a abertura de capital seria o melhor caminho.

Um dos maiores trunfos desse processo é o momento da economia. Nos principais mercados financeiros mundiais, as bolsas estão em alta e os produtos de renda fixa, em queda. Em sintonia no Brasil, a Selic desaba a 7,5%, com viés de baixa, e a Bolsa B3 extrapola as máximas históricas em torno dos 75 mil pontos.

Estima-se que a abertura de capital de 40% de Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul capitalizaria os acionistas em R\$ 30 bilhões (incrementando satisfatoriamente o caixa da União) sem a perda do controle estatal. Esse processo se daria no ambiente do novo mercado da B3, garantindo a essas empresas as melhores práticas de governança corporativa e de transparência na gestão, o que pode ser o maior ganho e o melhor caminho para as grandes estatais. Nesse sentido, exatamente para que o tema seja tratado com a devida relevância, foi aprovada, por unanimidade na Comissão de Minas e Energia da Câmara, a criação de uma subcomissão especial para debater os aspectos relacionados à privatização da Eletrobras e os seus desdobramentos, e foi lançada, no último dia 31, com a assinatura de cerca de 260 parlamentares, a Frente Parlamentar Mista em Defesa de Furnas.

Cabe registrar que, pessoalmente, vejo com bons olhos a avaliação periódica do tamanho do Estado e sou favorável a alguns processos de privatização. No caso da Eletrobras, pelo seu papel estratégico para o país e por sua importância na regulação do mercado de energia, sou contrário à ideia e creio que, dentro de uma discussão tão polarizada, o “meio do caminho” ainda é o melhor meio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Santo Antônio dos Lopes (MA)

Título: MP que destrava recurso do pré-sal está na Casa Civil, diz ministro

O ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, disse que já está no Ministério do Planejamento e Casa Civil a medida provisória que vai permitir que a Pré-Sal Petróleo (PPSA) comercialize petróleo diretamente. "A gente precisa resolver isso logo. É importante para os parceiros da 2ª e 3ª rodadas de petróleo", disse o ministro. Segundo ele, dentro de alguns dias o campo de Libra será declarado comercial, produzindo em fase de testes. Libra foi o primeiro campo leiloadado sob o sistema de partilha de produção.

O secretário de Petróleo e Gás, Márcio Félix Bezerra, citou como alternativas a venda direta do petróleo pela PPSA, pelo preço de referencia da Agência

Nacional do Petróleo (ANP), e a contratação de uma trading por meio de licitação internacional.

No curtíssimo prazo, a alternativa para que a União receba o dinheiro é a venda direta para os sócios, que poderiam buscar o petróleo adquirido da União quando forem buscar a fatia que lhes cabe na produção.

O ministro disse também que enviará amanhã à Casa Civil o projeto de lei com a modelagem de venda da Eletrobras. A MP para a venda das distribuidoras federalizadas controladas pela Eletrobras vai disciplinar os problemas causados pelo déficit de geração hídrica, medido pelo fator GSF (na sigla em inglês). Outro projeto está no ministério é a consulta pública 33, que traz a reforma do setor elétrico.

O ministro e o secretário visitaram ontem as instalações do Complexo Termelétrico do Parnaíba, da Eneva, onde a empresa colocou em produção no início de novembro o campo de Gavião Caboclo e até o fim do mês outro campo vai entrar em produção, o Gavião Azul.

O objetivo da Eneva é sustentar a demanda de 8,4 milhões de metros cúbicos de gás para manter as termelétricas do Complexo Termelétrico do Parnaíba produzindo energia em sua capacidade máxima em caso de despacho contínuo. A capacidade máxima de geração do complexo, que tem sete campos de gás, sendo cinco em produção e dois em fase de desenvolvimento, é de 1,4 gigawatts (GW) de energia e dois em desenvolvimento.

Hoje, a operação da Eneva no Maranhão é resultado da fusão da operação da Parnaíba Gás Natural (ex-OGX Maranhão) que tinha como principal acionista a Cambuhy (que tem a família Moreira Salles como sócia), com a ex- MPX.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Cemig alonga dívida de R\$ 4 bilhões

As subsidiárias da Cemig, a Cemig GT e Cemig D, fecharam acordo com bancos credores para refinarar dívidas, de curto e médio prazo, de até R\$ 4 bilhões. Segundo comunicado divulgado ontem, o refinanciamento visa equilibrar fluxos de caixa e envolve dívidas com vencimento a partir de 2017.

No caso da Cemig GT, as novas dívidas terão amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019. No caso da Cemig G será a partir de julho de 2019. "O custo da nova dívida está em linha com as

taxas praticadas pelo mercado para empresas do porte da Cemig, que é forte geradora de caixa", informou a empresa. As ADRs da Cemig avançam 4,37%, a US\$ 2,15, em Nova York, após o acordo.

Na quinta-feira, o superintendente de relações com investidores da Cemig, Antonio Carlos Vélez, disse que a reestruturação da dívida de curto prazo com credores seria anunciada em breve, como parte da estratégia de ajudar a atrair mais acionistas para o aumento de capital de até R\$ 1,3 bilhão.

A Cemig também busca vender as ações da Taesa para pagar uma parte da opção de venda exercida por sócios da Light contra a companhia, que vence no fim deste mês. A dívida líquida da Cemig foi de R\$ 12,7 bilhões em setembro de 2017, ante R\$ 13,13 bilhões em dezembro do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Votorantim e Arcelor aguardam crivo do Cade

Principal movimento de consolidação de ativos da indústria do aço no país há mais de uma década, a aquisição da Votorantim Siderurgia no Brasil pelo gigante ArcelorMittal mostra o impacto da crise do setor desde o início de 2014. Anunciado em fevereiro, o negócio encontra-se ainda em fase de avaliação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A operação enfrenta resistências de terceiras partes, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e fornecedores de sucata ferrosa. A fusão das operações das duas empresas pode ser aprovada com exigências por parte do órgão antitruste devido a preocupações de concentração de mercado em alguns segmentos dos chamados aços longos e de formação de preços, tanto na venda de produtos quanto na compra de insumos.

A ArcelorMittal já ofereceu paliativos ao potencial de concentração de mercado, os chamados "remédios", que podem envolver, por exemplo, a alienação de unidades ou partes delas - em especial de perfis de aço. Contudo, para CSN, que passou a atuar em aços longos em 2013, e para o Inesfa, entidade dos sucateiros de ferro - ambos terceiros interessados no processo - não há solução parcial para que a fusão não seja prejudicial.

Em geral, os "remédios" são soluções encontradas por órgãos da concorrência no mundo em operações de junção de atividades que resultam de períodos de crises.

Grupos da fusão alegam que a concorrência em aços longos cresceu desde 2008: Sinobras, Simec, a CSN, Silat e importados

Mas, para a CSN, historicamente a Votorantim já atua como um competidor agressivo na formação de preço e disciplinador do mercado. Ou seja, impede distorções por parte das outras grandes. Ela avalia que o portfólio que ficará com a empresa resultante eleva sua capacidade de angariar clientes. Além disso, qualquer companhia que levar partes vendidas como "remédios" seria apenas mais um concorrente marginal, opina.

"Olhamos para o passado e o segmento de longos tinha cinco, seis grandes empresas competindo há 20, 25 anos", comenta Leonardo Palhares, diretor de relações institucionais do Inesfa. "Enxergamos o setor da produção de sucata prejudicado por essa concentração de mercado, no poder de barganha da nova empresa."

O argumento da ArcelorMittal, que na prática é a compradora nessa transação, é que nos últimos anos houve forte aumento da concorrência em aços longos. Cita a entrada de novos players, que, somadas suas capacidades, superam a da Votorantim e havia uma elevada ociosidade em várias unidades fabris. Desde 2008, entraram nessa área a Sinobras, no Pará, a própria CSN, em Volta Redonda-RJ, a Simec, em Pindamonhangaba, e a Silat, no Ceará.

A empresa menciona ainda que há pressão das importações e impossibilidade de coordenação de mercado. "A disputa acirrada por um mercado que encolheu drasticamente impede que se estabeleça algum consenso", diz.

Segundo dados do Instituto Aço Brasil, o consumo aparente - vendas das empresas nacionais mais importações - de produtos siderúrgicos atingiu seu pico em 2013, de 28 milhões de toneladas. Nos 12 meses até setembro de 2017, contudo, esse nível era de 19,11 milhões, ou 31,8% a menos. Em aços longos, cuja demanda foi de 11,9 milhões de toneladas em 2013, a queda nesse período é de 38,7%, para 7,3 milhões de toneladas.

Essa crise, causada especialmente pela paralisação da construção e obras de infraestrutura no país, é considerado o principal racional econômico para a união de ativos.

Pareceres da Superintendência-Geral do Cade recomendaram que a união dos ativos não seja aprovada pelo tribunal da autarquia. O órgão enxergou sobreposição e grande chance de exercício de poder de preço na oferta de produtos como perfis leves e médios, arames, vergalhões e fios-máquina e na aquisição de sucata - principalmente no Sudeste, onde está a maioria das

unidades fabris. Outra preocupação que teme seria uma possível coordenação de mercado.

Representantes de CSN e Inesfa discutem hoje a operação em análise no Cade em evento em São Paulo. O Inesfa conta com a assessoria de ex-presidente do órgão antitruste no processo. Informa que o negócio de resíduos e sucatas empresa cerca de 40 mil pessoas, além de empregos indiretos e informais. Em estudo, aponta o fortalecimento das siderúrgicas ante os demais elos da cadeia produtiva. **(Colaborou Ivo Ribeiro)**

MME / ASCOM .